

# O ABC DAS LÍNGUAS CASTELHANA E PORTUGUESA: ANTONIO DE NEBRIJA E FERNÃO DE OLIVEIRA

*Prof. Dr. Sérsi Bardari*

## **Resumo**

Partindo da versão historiográfica de que Fernão de Oliveira, ao escrever e publicar em 1536 *A gramática da linguagem portuguesa*, tenha se inspirado na *Gramatica castellana*, de Antonio Nebrija, de 1492, este estudo evidencia pontos de semelhança entre as duas obras e identifica aspectos originais no trabalho do autor português.

**Palavras-chave:** vernáculo, gramática, gramatização.

## **Abstract**

Starting from the historiographical version just as Fernão de Oliveira when he writes and publishes in 1536 *A gramática da linguagem portuguesa* inspired by the *Gramatica castellana* (1492) by Antonio Nebrija, this study either pinpoints similarities between those two works or identifies original aspects in the work of the Portuguese author.

**Key-words:** vernacular, grammar, grammaticization.

## **Introdução**

O estudo de historiografia linguística deve ocupar-se dos aspectos internos e externos do pensamento linguístico. Por aspectos internos entende-se o conteúdo das teorias propriamente linguísticas, que podem ser estudadas de duas formas: uma, relacionada com a história da filosofia da linguagem; outra, com a história da gramática ou da teoria gramatical. Os aspectos externos são aqueles que envolvem o relacionamento das teorias no seu contexto cultural <sup>1</sup>.

A partir da identificação de alguns pontos de aproximação entre as primeiras gramáticas das línguas castelhana e portuguesa, buscou-se por meio do presente trabalho

---

<sup>1</sup> SWIGGERS, Pierre. L'historiographie des sciences du langage: intérêts et programmes. In: *Proceedings of the Fourteenth International Congress of Linguists*. Berlin/GDR, Akademie-Verlag Berlin, vol III, p. 2713, 1987.

levantar, inicialmente, uns poucos dados referentes ao momento histórico em que ambas vieram a público e registrar também fatos da vida pessoal dos autores das obras estudadas: *Gramatica castellana*, de Elio Antonio de Nebrija<sup>2</sup>, e *A gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira<sup>3</sup>.

Em seguida, são apresentados estudos comparativos, não exaustivos, da parte fonética das duas gramáticas<sup>4</sup>, que procuram demonstrar o caminho percorrido pelos referidos autores no processo de fixação do alfabeto de suas respectivas línguas.

Dessa forma, ainda que resumidamente, o trabalho contempla os dois aspectos imprescindíveis a todo e qualquer estudo de historiografia linguística.

## 1. O contexto

Pouco depois do ano 1300 d.C., a maioria das instituições e dos ideais característicos da época feudal havia começado a decair. Chegava ao fim o tempo das catedrais góticas, da filosofia escolástica, do coletivismo e das interpretações religiosas e éticas da vida. Surgia, então, a civilização que se convencionou chamar de Renascença, caracterizada por ideais como o individualismo, o naturalismo, o hedonismo e o humanismo.

Muito mais do que a um reviver da cultura da Grécia e de Roma, a humanidade daquele momento assistiu a uma revolução dos costumes, provocada por inúmeras novas realizações no campo da arte, da literatura, da ciência, da filosofia, da política, da educação e da religião. Embora baseados nos fundamentos clássicos, os progressos renascentistas não tardaram a expandir-se para além dos limites da influência grega e romana. Sob esse aspecto, o avanço do conhecimento linguístico<sup>5</sup> não é exceção.

Já no final da Idade Média, Dante de Alighieri (1265 – 1321), em *De vulgari eloquentia*, além de advogar o uso do vernáculo, ataca o latim, que ele considerava língua artificial. O poeta é também o primeiro a verificar o parentesco e a afirmar a origem comum

---

<sup>2</sup> NEBRIJA, Elio Antonio de. *Gramatica castellana*. Texto establecido sobre la ed. “princeps” de 1492, por Pascoal Galindo Romeo y Luis Ortiz Muñoz. Vol. I, Madrid, Edición de la Junta del Centenario, 1946.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975.

<sup>4</sup> Para efeito de referência das gramáticas em estudo, nas notas de rodapé será utilizada a sigla correspondente a cada uma delas, a saber: **GC** para *Gramatica castellana* e **AGLP** para *A gramática da linguagem portuguesa*.

<sup>5</sup> “[...] na medida do possível, exceto no que concerne ao século XIX, é preciso evitar empregar o substantivo ‘linguístico’, conquanto possamos usar o adjetivo, tomado em seu sentido geral de que ‘concerne à linguagem’.” Conforme AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, UNICAMP, 1992, pp. 13-4.

do italiano, do espanhol e do provençal. Dali por diante, de acordo com Julia Kristeva<sup>6</sup>, surge “um novo elemento na concepção da linguagem. À defesa das línguas nacionais que se observava desde o século X acrescenta-se a preocupação de elaborar gramáticas apropriadas às suas especificidades”.

É porém no Renascimento que o interesse linguístico orienta-se definitivamente para o estudo das línguas modernas, quando tem início o processo a que Sylvain Auroux<sup>7</sup> chama de *gramatização*, ou seja, aquele que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.

Para Auroux<sup>8</sup>, “o processo de gramatização mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento / dominação sobre as outras culturas”. Não por acaso, a gramatização dos vernáculos (não só europeus) é contemporânea da exploração de outros continentes (África, América, Ásia) e da colonização progressiva de territórios imensos pelos países da Europa.

Várias são as causas do processo de gramatização, apontadas por Auroux<sup>9</sup>. A primeira, localizada nos contextos onde já existiam uma tradição linguística, seria a necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira, suscetível ainda a vários interesses práticos, tais como: acesso a uma língua de administração; acesso a um “corpus” de textos sagrados; acesso a uma língua de cultura; relações comerciais e políticas; viagens (expedições militares, explorações); implantação / exportação de uma doutrina religiosa; colonização. A segunda causa da gramatização é compreendida como aquela que concerne essencialmente à política de uma língua dada. É suscetível de afetar a língua literária; desenvolver uma política de expansão linguística de uso interno ou externo.

Independentemente das causas do processo de gramatização, é preciso ressaltar as concepções linguísticas que estiveram em vigor durante o Renascimento. Embora naquela época as bases do latim como língua mãe estivessem já abaladas, são as gramáticas latinas que vão subsidiar o desenvolvimento de teorias específicas para as línguas vulgares. De acordo com Julia Kristeva<sup>10</sup>, “o latim continua a ser o molde segundo o qual todos os outros idiomas são pensados, mas já não é o único”. A orientação do estudo gramatical para línguas como o hebreu ou para línguas modernas coloca o estudioso frente a particularidades

---

<sup>6</sup> KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Lisboa, Edições 70, 1969, p. 167.

<sup>7</sup> AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, UNICAMP, 1992, p. 65.

<sup>8</sup> *Ibidem*, pp. 8-9.

<sup>9</sup> *Ibidem*, pp. 46-7.

<sup>10</sup> KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Lisboa, Edições 70, 1969, p. 168.

linguísticas (ausência de caso, ordem das palavras, entre outras) cuja explicação devia modificar sensivelmente o próprio raciocínio linguístico.

Por outro lado, o alargamento do campo linguístico intensificou as buscas de informações históricas sobre a origem das línguas, fazendo nascer a esse respeito teorias fantasistas que intencionavam demonstrar o valor dos vernáculos comparados com os méritos de línguas consideradas perfeitas como o grego e o latim. Com o mesmo objetivo, renasce nessa época o interesse pela retórica.

Mas, ainda segundo Kristeva<sup>11</sup>, “o que sem dúvida marca mais profundamente a *concepção* da linguagem é que durante o Renascimento ela se torna – e de modo agora generalizado – objeto de *ensino*”. Os estudos linguísticos orientam-se pelo empirismo, voltados mais para os fatos, para o uso, e ocupando-se muito pouco da teoria. “Na dialética desse processo entre *objeto a ensinar* e *método de ensino*, este último acabou por modelar aquilo que inicialmente se propunha conhecer.”<sup>12</sup>

Dessa opinião, entretanto, não compartilha Auroux<sup>13</sup>, para quem, qualquer que tenha sido a importância dos interesses culturais, políticos e econômicos em jogo, tanto para o nascimento quanto para o desenvolvimento da gramática, a característica essencial desta “é ser determinada, bem rápido e essencialmente, por um interesse de conhecer”. Justifica sua posição alegando que a separação entre teoria e técnica é própria da tradição ocidental, adquirida desde a existência da gramática. E vai além, ao afirmar que regras gramaticais podem ser encaradas como prescrições que não possuem nenhum valor de verdade ou como descrições.

É fácil passar do primeiro para o segundo tipo de formulação, o que explica que nunca existe, entre uma série de gramáticas prescritivas e uma outra série de gramáticas descritivas da mesma língua, a absoluta solução de continuidade que aí vê a historiografia tradicional: um certo saber se conserva sempre. Toda gramática equivale pois a um *corpus* (mais ou menos explícito) de afirmações suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas. É por aí que ele é uma descrição linguística.<sup>14</sup>

Polêmicas à parte, o fato é que a gramática, durante o Renascimento, se torna simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de

---

<sup>11</sup> KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Lisboa, Edições 70, 1969, p. 170.

<sup>12</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>13</sup> AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, UNICAMP, 1992, p. 30.

<sup>14</sup> *Idem, ibidem*, p. 68.

descrevê-las, como nos mostra as obras *Gramatica castellana*, de Antonio Negrija, e *A gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira.

## 2. Antonio de Nebrija

Elio Antonio de Nebrija é antes de tudo um humanista e, mais concretamente, um gramático latino. Nesse sentido, pode-se dizer em linhas gerais que a sua *Gramatica castellana*, publicada pela primeira vez no dia 18 de agosto de 1492, é uma adaptação da obra *Introducciones latinas*, escrita por ele.

É certo que o gramático espanhol traduziu para a língua vernácula o princípios gerais, às vezes até literalmente, os conceitos dos gramáticos latinos: Quitiliano, Prisciano, Donato e Diomedes.

Porém, é preciso registrar que, em *Introducciones*, particularmente no que se refere à fonética e à morfologia do latim, Nebrija promulgou uma série apreciável de novas teorias, entre as quais, se não todas escapam ao rigor de uma análise científica moderna, muitas lhe consagram como grande mestre, e até como inventor, no conjunto da filologia universal. Nebrija já foi até mesmo considerado o pai da fonética moderna da língua latina.

Além da influência latina, existe na *Gramatica* inúmeras definições, teorias e expressões que são originais e sem precedentes. Pertence a Antonio de Nebrija a primazia dos estudos dos sons do castelhano. Foi exatamente por conhecer bem a fonética latina, que o gramático pôde aplicá-la ao castelhano e descobrir muitas novidades desse idioma; sem esquecer, no entanto, a influência mourisca na fala popular de Castela e de atribuir ao árabe fonemas estranhos aos sistema latino.

Nebrija foi um dos primeiros estudiosos a ver claramente a relação da língua vulgar com a latina e a fazer uma exposição histórica da língua. Pode-se dizer que foi pioneiro também em muitas ideias referentes à ortografia. Nenhum tratadista o antecipou no propósito de regulamentar a anarquia da escrita verificada na passagem do século XV para o XVI. Já naquele momento, ele pensava na necessidade de uma regulamentação de caráter oficial apoiada pelo próprio Estado.

Cabe lembrar o interesse que a *Gramatica* concede também à literatura espanhola. Nebrija passa a conhecer melhor os primeiros textos castelhanos. A título de exemplo de seus preceitos gramaticais, traz em sua obra uma interessante antologia de escritores e poetas

espanhóis. Entre esses, destaca-se Juan de Mena, o qual Nebrija reconhece como a mais importante autoridade no conhecimento da língua castelhana.

Ressalta-se ainda o interesse pedagógico da obra de Nebrija. Em uma época em que todo o ensino gramatical partia do latim, o autor se antecipa à doutrina de pedagogos ulteriores que proclamam a necessidade de se ensinar na língua nacional. Nebrija escreve sua *Gramatica* pensando não só nos que têm de aprender o latim, aos quais indiretamente aconselha primeiro a estudar o castelhano, mas também nos estrangeiros que não conhecem esse idioma. Por fim, a obra de Nebrija é considerada, para o momento em que ele a escreveu, um modelo de nova técnica educacional.

### **3. Fernão de Oliveira**

Fernão de Oliveira foi filho do juiz de órfãos de Pedrogão, Heitor de Oliveira, e nasceu provavelmente em Aveiro, em 1507. Morreu em 1580 ou 1581. Foi, contudo, na Beira que decorreu sua infância.

Aos treze anos de idade, entrou como noviço para o Convento dos Dominicanos em Évora – mais tarde os dominicanos seriam seus implacáveis perseguidores. Em Évora, foi discípulo de André de Resende, que muitos anos depois viria testemunhar contra ele, acusado de herege.

É, contudo, só em 1532, já homem, que abandona o convento e se refugia na Espanha. Pode ter sido durante a estada nesse país que tenha dado início à redação de sua gramática.

Publicada em 1536, *A gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, foi considerada a primeira gramática portuguesa, embora João de Barros, quatro anos depois, afirmasse ser ele o primeiro a fazer uma gramática do português. Considerando que Fernão de Oliveira tinha sido mestre dos filhos de João de Barros, é impossível conjecturar sobre desconhecimento de ambos os lados. O próprio Fernão de Oliveira é quem resolve a questão, ao chamar sua obra de primeira *anotação* da língua portuguesa, reconhecendo-lhe a ausência de uma feição sistemática.

De volta a Portugal, Fernão de Oliveira dedica-se a lecionar para jovens fidalgos, entre os quais estão D. Antão de Almada (filho de D. Fernando de Almada, por sugestão do qual publicará *A gramática*), os filhos do barão do Altivo e os de João de Barros.

Por volta de 1540 ou 1541, parte para Itália, talvez a serviço secreto de D. João III, na complicada questão que esse rei manteve com a Santa Sé, a propósito dos cristãos-novos.

Regressa a Portugal em 1543, acompanhando o núncio Lippomani e, em Lisboa, abandonado pelos amigos, criando inimizades e conflitos, pelo seu temperamento irrequieto e arrebatado, mal visto pelos dominicanos, atravessa dois anos de penúria.

Em 1545, com o nome de Capitão Martinho, alista-se a bordo de uma nau francesa, sob o comando de Saint-Blancard. Acaba desembarcando em Londres e frequenta a corte de Henrique VIII. Morto o rei inglês, Oliveira volta a Portugal, em 1547. É denunciado e preso pela Inquisição, acusado de tendências religiosas heréticas. Cumpre pena durante três anos. Em 1552, parte para o Norte da África, na qualidade de capelão, e, feito prisioneiro, vem a Lisboa para negociar o resgate e fica em Portugal.

Suas desventuras, no entanto, continuaram: em 1554 é denunciado como cismático por um falso amigo. Consegue, no entanto, durante uns meses ser nomeado revisor na Universidade de Coimbra, onde ensina Retórica. Volta ao cárcere de 1555 a 1557. A partir daí, seu rastro torna-se difícil.

Com o tempo, porém, Fernão de Oliveira passou a ser lembrado como um dos grandes espíritos cultivados de sua época, e seus estudos foram reconhecidos como muito importantes para que se pudesse forjar e estabilizar gramaticalmente a língua portuguesa.

## **4. As gramáticas**

### **4.1 As semelhanças**

Algumas versões no campo da historiografia linguística dão conta de que Fernão de Oliveira, ao escrever e publicar em 1536 *A gramática da linguagem portuguesa*, inspirou-se na *Gramatica castellana*, de Antonio de Nebrija, vinda a público pela primeira vez em 1492. Dando ou não crença a essas versões, o fato é que, quer por se deixarem influenciar pelas gramáticas latinas quer por terem sido geradas dentro do contexto cultural renascentista, as duas obras apresentam semelhanças em diversos níveis. Ambas são oferecidas, com dedicatória explícita, a pessoas de notado poder militar, político e econômico, em suas respectivas nações. Ambas apresentam justificativas pedagógicas, políticas e religiosas para o fato de terem sido escritas. Ambas são estruturadas de modo similar.

Se Nebrija oferece sua obra à “mui alta i assi esclarecida princesa doña Isabel la terceira deste nombre reina i señora natural de España i las islãs de nuestro mar”, Fernão de

Oliveira dedica a sua ao “mui magnífico senhor nobre e fidalgo, Sr. D. Fernando de Almada, filho de herdeiro do mui prudente e animoso Sr. D. Antão, capitão-general de Portugal”.

A preocupação em colocar a língua dentro de regras está presente no trabalho dos dois gramáticos, que, além de intenções didáticas, demonstram objetivos nacionalistas quase idênticos, como: uniformizar a língua de modo a criar condições para sua perenidade; fazer da língua um instrumento de auxílio na manutenção da unidade de seus países; criar material pedagógico para que se pudesse ensinar a língua nacional aos povos conquistados.

Utilizando a nomenclatura e seguindo a divisão grega da gramática, Nebrija apresenta sua obra em quatro partes: ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe. Embora a sintaxe seja tratada superficialmente no penúltimo capítulo da gramática de Oliveira – no qual se informa que autor prepara obra específica sobre o assunto a que chama de *construção* –, a primeira anotação da língua portuguesa está organizada nas seguintes partes: ortografia, acento (que Nebrija chama prosódia), etimologia e analogia.

## 4.2 O nacionalismo

Uma comparação mais atenta das duas gramáticas, além das diferenças básicas existentes entre o português e o espanhol, demonstrará os sentimentos que cada gramático alimentava com relação às próprias língua e nação.

A pretensão de Oliveira é notar o “bom costume” do falar português dos que mais sabem, “para que outros muitos aprendam e saibam quanto prima é a natureza dos nossos homens porque ela por sua vontade busca e tem de seu a perfeição da arte”<sup>15</sup>. Nebrija acredita que conhecendo a gramática da língua usada em seu dia a dia, as pessoas que quisessem aprender a gramática latina teriam menos dificuldades.

A ideia de perenidade é expressa por Oliveira quando este diz que, sendo *A gramática da linguagem portuguesa* escudada pelo nome do Sr. D. Fernando de Almada, “a língua de tão nobre gente e terra como é Portugal viverá contente e folgará de se estender pelo mundo”<sup>16</sup>. Tal ideia já se encontrava em Nebrija, que “reduziu em artifício” o idioma castelhano para que, daquele momento em diante, o que nele se escrevesse pudesse “permanecer em um tom, e estender-se por toda a duração dos tempos que estavam por vir”<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> AGLP, p. 38.

<sup>16</sup> AGLP, p. 38.

<sup>17</sup> GC, p. 9.



Ambos tinham como referência o grego e o latim, que, em virtude de obedecerem as regras gramaticais estabelecidas, mantiveram sua uniformidade por muitos séculos. Ao defender essa ideia, Oliveira<sup>18</sup> afirma:

[...] Grécia e Roma só por isto ainda vivem, porque quando senhoreavam o Mundo mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender línguas e em elas escreviam muitas boas doutrinas, e não somente o que entendiam escreviam nelas, mas também trasladavam para elas todo o bom que liam em outras.

Inspirado no exemplo dos antigos, o autor português recomenda: “tornemos sobre nós agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma”<sup>19</sup>.

O fenômeno da gramatização – utilizando esse termo no sentido que lhe dá Auroux<sup>20</sup> – das línguas castelhanas e portuguesa veio suprir necessidades imperialistas de Espanha e Portugal.

Nesse aspecto, Nebrija mostra-se mais contundente, ao afirmar que sua gramática tinha, entre outras, a finalidade de ensinar a língua castelhana aos povos bárbaros e de nações estrangeiras conquistados, depois que a rainha os colocasse sob seu jugo. Já Oliveira mostra-se mais brando ao tratar de objetivos semelhantes. Isso talvez porque, na época da publicação d’*A gramática*, Portugal já tivesse realizado a maior parte de suas conquistas em terras de além-mar, ao contrário da Espanha, que viu surgir a primeira edição de Nebrija havia quinze dias da partida de Colombo. O pesquisador português destaca a importância histórica da língua, parafraseando Quintiliano, quando diz que a “escritura é fiel tesoureira do bem de nossa sucessão e são as letras para entregar aos que vierem as coisas passadas”. Além disso, apresenta motivos afetivos para o desenvolvimento da língua, ao sugerir que “não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas, que possamos ensinar a muitas outras gentes e sempre seremos delas louvados e amados porque a semelhança é causa do amor e mais em as línguas”<sup>21</sup>.

---

<sup>18</sup> AGLP, p.42.

<sup>19</sup> AGLP, p. 42.

<sup>20</sup> AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, UNICAMP, 1992, pp. 13-4.

<sup>21</sup> AGLP, p. 45.

### 4.3 Os conceitos

O entendimento do que seja a gramática também encontra pontos de identidade entre os dois autores. “Gramática é arte que ensina bem ler e falar”, afirma Fernão de Oliveira<sup>22</sup>. “Os que verteram de grego em latim este nome ‘gramatica’ chamaram-na de letras”, lembra Antonio de Nebrija<sup>23</sup>.

Oliveira, por sua vez, arrisca ir além dos conceitos de gramática ao tentar definir a linguagem, que para ele “é figura do entendimento, e assim é verdade que a boca diz quanto lhe manda o coração, e não outra coisa”<sup>24</sup>. Segue, fazendo considerações filosóficas, ao afirmar que “cada um fala como quem é: os bons falam virtudes, e os maliciosos, maldades; os religiosos pregam desprezos do mundo e os cavaleiros blasonam suas façanhas”<sup>25</sup>. Tais interpretações, no entanto, já estavam no pensamento de Aristóteles, reacendido por Nebrija ao ressaltar que, assim com as letras representam as vozes, as vozes significam os pensamentos que temos na alma<sup>26</sup>.

Outra precaução de Fernão de Oliveira tem a ver com as técnicas do falar, antecipando de certo modo o que viriam a ser no futuro os estudos de fonética. No entender do gramático português, as pessoas falam de modo diferente, de acordo com a disposição da língua e da boca de cada um, que podem ser bem ou mal dispostas, possuir qualidades e feições diversas; “qualidades como seco ou úmido, feição como dentes grandes ou desviados”, se bem que há aqueles que “falam muito mal só pelo mau costume, não mais”. Por outro lado, os modos de falar dos diferentes povos no mundo estariam relacionados com o estilo de vida destes. Nesse sentido, os caldeus e árabes “formam suas vozes mais no papo”, apressando-se em seu falar, ao contrário dos portugueses que, como “homens assentados” falam com grande repouso<sup>27</sup>.

### 4.4 Os históricos

Em ambas as gramáticas encontra-se um breve histórico sobre o surgimento das letras nas antigas civilizações. É comum entre os dois gramáticos a ideia de que as línguas passam por um processo lento de desenvolvimento até atingirem seu auge de força e brilhantismo.

---

<sup>22</sup> AGLP, p. 43.

<sup>23</sup> GC, p. 12.

<sup>24</sup> AGLP, p. 38.

<sup>25</sup> AGLP, pp. 38-9.

<sup>26</sup> GC, p. 17.

<sup>27</sup> AGLP, p. 39.

Sob esse aspecto, Nebrija fala da “infância” de todas as línguas que, como companheira do império, com ele nasce, cresce e decai. Exemplifica com a língua grega, que teve sua infância e começou a mostrar força um pouco antes da guerra de Tróia – no tempo em que floresceram na música a poesia de Orfeu, Lino, Musco e Amphion –, para atingir seu auge durante o período de Alexandre, o Grande. Também destaca a língua latina, que teve sua infância quando os romanos começaram a fazer-se senhores das terras gregas, junto com o nascimento de Roma; foi edificada ao tempo em que Lívio Andrônico publicou suas obras em versos, e atingiu o auge na monarquia de Augusto César, período em que nasceu e viveu Jesus Cristo. Daí em diante, inúmeros poetas e prosadores, como Túlio, César, Virgílio, Horácio, Ovídio, Lívio e outros que vieram depois, até o tempo de Antonino Pio, se encarregaram de fazer viver a língua latina até a Idade Média<sup>28</sup>.

O gramático português não faz mais do que endossar as palavras de seu colega espanhol, quando afirma ser “manifesto que as línguas grega e latina primeiro foram grosseiras e os homens as puseram na perfeição que agora têm”<sup>29</sup>.

As versões de ambos autores para as origens da linguagem são lendárias e não resistem aos avanços do conhecimento linguístico, além de não coincidirem entre si exatamente.

Citando Diodoro Sículo, Oliveira diz que foi Mercúrio que, primeiro no Egito, ensinou a ler e falar, e depois na Grécia, onde lhe chamaram Hermes. Embora também Cadmo seja citado como o introdutor das primeiras letras na Grécia. Teriam emendado as escrituras gregas Arquíloco, segundo Homero; Palamedes e Simónides, conforme Xenofonte. Entre os primeiros romanos a estudarem as letras está Apolodoro, de acordo com Plínio. Segundo Beroso, Nicóstrata, identificada também como a deusa profética Carmenta, mais tarde venerada em Roma, estabeleceu-se com seu filho Evandro, de origem arcádica, no Lácio e introduziu nessa região alguns elementos da civilização grega, em particular a escrita e o culto de certas divindades. Muito depois veio o gramático Crates Melotes, segundo diz Suetônio Tranquilo no livro dos gramáticos antigos.

Mencionando Gélio, Nebrija levanta a mesma história de que foi Mercúrio que levou as letras para o Egito. Porém, ele fala da diversidade de opiniões sobre a criação das letras. Alguns autores apontam os assírios como seus inventores, outros, os babilônicos, outros, os fenícios. Os espanhóis da época acreditavam que os judeus teriam recebido as letras dos fenícios e as levado para o Egito, na época de sua estada naquelas terras. As versões de que

---

<sup>28</sup> GC, pp. 5-8.

<sup>29</sup> AGLP, p. 43.

Cadmo teria trazido as letras para Grécia e a de que Nicóstrata as teria introduzido na região do Lácio também aparecem na obra do gramático espanhol.

Embora citando as mesmas fontes – Aulio Gélío, Plínio, Pompônio Mela, entre outros autores –, as obras em estudo apresentam versões diferentes para a chegada das letras na Espanha.

Oliveira remonta a Noé bíblico e seu neto Túbal, que teria fundado Gibraltar. Passa depois para Hércules Líbio, filho de Osíris, rei do Egito, que “veio morrer em esta terra” e em memória e honra do qual foram erguidas cidades com os nomes de Libisona, Libisosa, Libunca, Libura e Libisoca, das quais Libisona veio a chamar-se Lisboa. Em homenagem ao rei Luso, que segundo Oliveira “não foi grego, mas de Portugal nascido e criado, filho de Liceleu”, chamou-se a terra Lusitânia. Mais tarde Turdugal, “não do porto de Gaia [...] mas dos Túrdulos e Galos, duas nações de homens que vieram morar em esta terra”<sup>30</sup>.

Nebrija conta a lenda de que as letras de Espanha teriam vindo de Tebas, trazidas por Baco – filho de Júpiter e Semele, filha de Cadmo – quando este veio à região quase duzentos anos antes da Guerra de Troia, na qual perdeu seu amigo e companheiro Lysias, de cujo nome se chamou Lysitânia, e depois Lusitânia. No entanto, o gramático espanhol prefere acreditar que foram os romanos os introdutores das letras em sua terra, quando se fizeram senhores dela quase duzentos anos antes do nascimento de Cristo. Ainda retomando o tema da infância das línguas, Nebrija diz que o castelhano teve sua “niñez” na época dos juízes e reis de Castela e Leão, e começou a mostrar suas forças nos tempos do rei D. Alonso, o Sábio, que mandou escrever as *Sete Partidas* e a *História Geral*. Tendo a Espanha, naquele momento em que se produzia a *Gramatica castellana*, já vencido os inimigos mouros, o país estava pronto para que florescessem as artes da paz, entre as quais a primeira “é aquela que nos ensina a língua”<sup>31</sup>.

Também Oliveira refere-se aos atrasos que as batalhas contra os mouros provocaram no desenvolvimento cultural de seu país. O gramático português mostra-se, sob esse ponto de vista, mais orgulhoso do que o espanhol. Começa por dizer que Portugal nunca teve sua bandeira sujeita aos mouros, e que embora os portugueses fossem às vezes vencidos por eles, sempre tiveram capitão cristão até o conde D. Henrique e El-Rei D. Afonso Henriques. Portanto, se “alguma hora [o país] se não ocupou tanto em letras por se defender de seus inimigos, logo como teve paz, em tempo do mui nobre rei D. Dinis, tornou aos estudos para

---

<sup>30</sup> AGLP, pp. 40-1.

<sup>31</sup> GC, p. 9.

que cria os melhores juízos que todas as terras nossas vizinhas”<sup>32</sup>. Ao procurar enaltecer a língua portuguesa, tendo como referência o latim e as demais línguas vernáculas, ele não usa de modéstia: “tem a nossa língua vantagem, porque ela é antiga, ensinada, próspera e bem conservada e também exercitada em bons tratos e ofícios”. São antigos a “nobreza e saber da nossa gente e terra da Espanha, cuja sempre melhor parte foi Portugal”<sup>33</sup>.

#### 4.5 As estruturas

É no capítulo seis que Oliveira começa de fato a descrever as formas da língua. Daí por diante, até o capítulo 29, trata da fonética do português, tendo organizado o estudo do tema em três segmentos: *Das letras*, *Das sílabas* e *Do acento*. Do capítulo 30 ao 42, enfoca aspectos relacionados com a lexicologia, que ele separa em duas partes: *Das dicções* e *Da analogia*. Os capítulos de números 43 a 48 podem ser compreendidos como a parte morfológica d’*A Gramática*. No capítulo 49, ainda que muito ligeiramente, o autor fala da sintaxe, anunciando que prepara trabalho específico sobre o assunto. “Nesta derradeira parte, que é a “construção” ou composição da língua, não dizemos mais porque temos começada uma obra em que particularmente e com mais cumprimento falamos dela”<sup>34</sup>. O último capítulo é apenas uma defesa prévia, endereçada aos que por ventura viessem a criticar a obra.

Observa-se que *A gramática da linguagem portuguesa* apresenta um certo paralelismo metodológico com *A gramática castellana*, de Antonio de Nebrija. A obra do gramático espanhol está dividida em prólogo, mais cinco livros. No prólogo, encontram-se as dedicatórias, as informações históricas sobre linguagem, as justificativas e os objetivos da obra, temas esses que Fernão de Oliveira aborda do primeiro ao quinto capítulo de seu trabalho. O primeiro livro de Nebrija trata da ortografia. O segundo, “da prosódia e sílaba”, enquanto que o terceiro é o “da etimologia e dicção” e o quarto, “de sintaxe e ordem das doze partes da oração”. Já o livro quinto é uma introdução “da língua castelhana para os que de estranha língua queiram aprendê-la”<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> AGLP, p.45.

<sup>33</sup> AGLP, pp. 39-40.

<sup>34</sup> AGLP, p. 125.

<sup>35</sup> GC, p. 4.

## 4.6 As letras

Tanto o gramático espanhol quanto o português citam conceitos já debatidos pelos célebres gramáticos latinos. Entre os mais elementares deles está a definição de letra, por Prisciano, para quem “não é outra coisa a letra senão figura pela qual se representa a voz”<sup>36</sup>, lembra Nebrija. “Letra é figura de voz”, reafirma Oliveira. “Estas corrigimos em consoantes e vogais. As vogais têm em si voz e as consoantes não, senão junto com as vogais”<sup>37</sup>, explicação essa também presente na *Gramatica castellana*. As consoantes podem ser repartidas em mudas e semivogais. A diferença principal é que as semivogais podem estar no fim das vozes (palavras), como as vogais, é o que acrescenta o gramático português.

Uma das evidências de que Fernão de Oliveira toma os conhecimentos de Antonio de Nebrija com um dos pontos de partida para a elaboração *d’A gramática da linguagem portuguesa* está presente em sua seguinte citação: “Diz António de Nebrissa que temos na Espanha somente letras latinas, mas, porque é verdade que são tantas e tais as letras como as vozes, nós diremos que de nós aos Latinos há aí muita diferença nas letras, porque também a temos nas vozes”<sup>38</sup>.

De fato, ao descrever o *abc* da língua castelhana, Nebrija parte exclusivamente do latim, como pode ser observado na seguinte passagem: “E por que as letras que nós usamos foram tomadas do latim, vejamos primeiro quantas são as letras que estão em uso da língua latina, e se daquelas sobram ou faltam algumas, para que dali mais ligeiramente venhamos ao que é próprio de nossa consideração”<sup>39</sup>. De fato, depois de inúmeras considerações a respeito da grafia, da função e da pronúncia de algumas das 23 letras latinas em uso, o gramático espanhol estabelece em 26 o número de letras do alfabeto castelhano, esclarecendo que “a diversidade das letras não está na diversidade das figuras, mas na diversidade da pronúncia”<sup>40</sup>.

Na realidade, o que se verifica é que Fernão de Oliveira, apesar do torneio de linguagem, acaba expressando-se igualmente a Nebrija, ao concluir seu pensamento da seguinte maneira: “não diremos logo que temos as mesmas letras nem tantas como os Latinos, mas temos tantas figuras como eles e quase as mesmas ou imitação delas”<sup>41</sup>. Incluindo o sinal de aspiração *h*, que oliveira chama *aha*, o alfabeto do idioma português tem, nessa sua

---

<sup>36</sup> GC, p. 17.

<sup>37</sup> AGLP, p. 46.

<sup>38</sup> AGLP, p. 46.

<sup>39</sup> GC, p. 18.

<sup>40</sup> GC, p. 19.

<sup>41</sup> AGLP, p. 47.

primeira notação, 33 letras, “todas nossas e necessárias para nossa língua”<sup>42</sup>. São oito vogais e 24 consoantes: *a a b c ç d e e f g h i j l m n o o p q r r r s s s t u v x z y ch lh nh*. Mencione-se, ainda, o sinal *til*, que ele não considera, juntamente com o *h*, letra perfeita, “uma vez que a força delas é mui diminuída, e tanto, que quase a não sentimos sem ajuntamento de outras letras, nem podemos dar nome próprio que a pronúncia delas mostre”<sup>43</sup>.

Para efeito de comparação, reproduz-se aqui o alfabeto castelhano, de Antonio de Nebrija: *a b c ç ch d e f g h i j l ll m n ñ o p r s t v u x z*. Para se ter uma ideia das formas de descrição das letras utilizadas pelos dois gramáticos, levanta-se a seguir alguns exemplos.

#### 4.6.1 As vogais

Iniciando pelas vogais, Oliveira, como os gregos, divide *a* e *o* em grandes e pequenas, de acordo com a sonoridade. Assim temos *a* grande, como em *Almada*, e *a* pequeno, como o de *Alemanha*; temos *e* grande, como em *festa*, e *e* pequeno, como em *festo*; *o* grande, como em *formosos*, e *o* pequeno, como em *formoso*. O gramático chega a sugerir a adoção de sinais diferentes para a grafia das vogais grandes. A mesma diversidade não aparece em *i* e *u*.

Também Nebrija sente falta de vogais na língua latina: “uma que soe entre *e i*, outra que soe entre *i u*”. Mas, ao contrário de Oliveira, não cria soluções. Apenas registra essas ausências, justificando-as da seguinte maneira: se “nem desde a infância nos acostumamos a pronúncia-las, agora de nenhuma maneira as podemos formar nem sentir, e muito menos fazer diferença entre a *i jota* e a *i sutil*”<sup>44</sup>. Com esta observação, ele refere-se ainda à falta de algumas consoantes, no latim, que no castelhano são representadas por *i u*. Em assim sendo, *i* tanto quanto *u* têm nessa língua dois ofícios: um como vogal, quando soam por si mesmo, e outro como consoante. O *i* será consoante, em uso comum com a letra *g* seguida de *e i*, se depois dele se segue *a o u*, pronunciado à maneira recebida dos mouros. O *u* consoante surge em palavras como *valle*, *vengo*, entre outras. O *i* consoante de Nebrija coincide com o *j* de Oliveira, que tem a mesma virtude sonora de *g*, quando a este se segue *e* ou *i*. Sobre o *y*, o gramático português diz o seguinte:

[...] quando uma vogal vem logo trás outra, nós pronunciamos entre elas uma letra como em *meio*, *seio*, *moio*, *joio*, e outras muitas. A qual letra a mim me parece ser *y* e não *i*, porque ela não faz sílaba por si, nem tampouco *j* consoante na força que lhe

---

<sup>42</sup> AGLP, p. 58.

<sup>43</sup> AGLP, p. 51.

<sup>44</sup> GC, p.19.

nós demos, mas em outra quase semelhante àquela, muito enxuta e sem nenhuma mistura de cuspinho.<sup>45</sup>

Já o espanhol acredita que a *i* grega para o castelhano não serve de nada.

#### 4.6.2 As consoantes

Na análise das consoantes, podem ser observadas algumas coincidências entre Fernão de Oliveira e Antonio de Nebrija. A opinião a respeito de *h* é uma delas. Para os dois, *h* não é letra e sim sinal de espírito e sopro, apesar de que no castelhano é usada no começo de algumas palavras para representar o som formado na garganta, como *hago*, *hecho*, e em português tenha função apenas em algumas exclamações.

Ambos retiram a letra *k* do alfabeto, pois “não serve de nada”<sup>46</sup>. Seguindo o que deu a entender Quitiliano, concordam que a letra *q* sobra na língua, porque não faz mais do que pode fazer o *c*. Mas, se no castelhano *q* só é aproveitada “por vontade”, na língua portuguesa serve para algumas dicções que de necessidade têm *u* líquido, como *quase*, *quando*, *quanto*, *qual* e outras semelhantes, como também para quando se segue *i* ou *e*, para tirar a dúvida que pode haver entre *c* e *ç*.

Cabe esclarecer neste ponto que Oliveira entende como letras líquidas aquelas que não têm lugar nem fazem gênero ou espécie de letras por si, soam brandas porque são diminuídas de sua força. Entre as vogais, destaca o *u* líquido, quando usado depois de *g* e *q*, como em *quando* e *língua*, embora afirme que nesses casos o que ele escuta é o som de *o*, no lugar de *u*, e que escreveria essas palavras da seguinte maneira: *qoando* e *língua*.

Das observações feitas até aqui, é de se ressaltar a importância maior do *til* para a língua portuguesa. Oliveira fala do *til* que muda as vozes, mas que por si só não pode formar voz e por isso não tem nome natural. Cita como exemplo de mudança de voz as palavras *vila* e *vilã*. Diz também que o *til* é necessário sobre os ditongos, tais como *ão*, *ãos*, *ãe*, *ães*, *ões* e em todas as vezes que depois de vogal, em uma mesma sílaba, escreve-se *m* ou *n*. Ele acha errado finalizar sílabas escrevendo *m* ou *n*, “porque as letras mudas de cujo número são *m* e *n*, entre nós nunca dão fim a dicção alguma nem sílaba”<sup>47</sup>. Nesses casos, para ele, melhor seria utilizar o *til*. Exemplos: *~esinar*, *~ebargar*. Além disso, destaca a função do *til* como substituto

---

<sup>45</sup> AGLP, p. 56.

<sup>46</sup> AGLP, p. 50.

<sup>47</sup> AGLP, p. 66.



de outras letras em muitas abreviaturas. Já no castelhano, o til é utilizado sobre a letra *n*, *ñ*, para marcar a pronúncia que os latinos representam com *gn*.

Ainda dentro da parte da obra de Oliveira intitulada *Das letras*, mais dois aspectos podem ser analisados em confronto com a *Gramatica castellana*.

O primeiro diz respeito à necessidade de uma correta pronúncia, porque “se não tivermos certa lei no pronunciar das letras, não pode haver certeza de preceitos nem arte na língua, e cada dia acharemos nela mudança”<sup>48</sup>, afirma o gramático português acrescentando que a pronúncia faz parte do significado. Nebrija já acentuava essa importância ao “pressupor o que todos os que que escrevem de ortografia pressupõem: que assim temos de escrever como pronunciamos e pronunciar como escrevemos porque de outra maneira em vão foram faladas as letras”<sup>49</sup>.

Para melhor expressar a conveniência de se examinar a melodia portuguesa desde as mais pequenas partes, tomando todas as vozes e cada uma por si e vendo nelas quantos diversos movimentos faz a boca, Oliveira faz uso de uma pergunta de caráter retórico: “E no pronunciar quem não sentirá a diferença que temos porque eles (os castelhanos) escondem-se e nós abrimos mais a boca?”<sup>50</sup>.

O segundo aspecto está relacionado com a semelhança das letras. O gramático castelhano fala do parentesco e da proximidade, “vezindad”, que as letras têm entre si, chegando mesmo umas se corromperem em outras, por processos de interpretação ou derivação. Oliveira também enfoca esse tema, preferindo expressá-lo em termos de comunicação que algumas letras têm ou de alguma participação que todas têm entre si, levantando alguns exemplos de “confusões” fonéticas<sup>51</sup>, tais como a que existe entre as vogais *u* e *o* pequeno, por exemplos: *somir* e *sumir*; *dormir* e *durmir*. Ou, ainda, entre as consoantes: *p* e *b*, *c* e *g*, *d* e *t*, *f* e *v*, *l* e *r* singelo, *ç* e *z*, *s* e *ss*, *j* e *x*.

Com essas observações, o gramático português encerra a parte intitulada *Das letras* de sua obra.

---

<sup>48</sup> AGLP, p. 44.

<sup>49</sup> GC, p. 21.

<sup>50</sup> AGLP, p. 48.

<sup>51</sup> AGLP, pp. 64-5.

## 5. Considerações finais

Que Fernão Oliveira tenha se inspirado na obra de Antonio de Nebrija é fenômeno normal dentro do processo de gramatização por que passaram a maioria das línguas na época do Renascimento. Esse processo, segundo Auroux<sup>52</sup>:

[...] é efetivamente transitivo e, em seus primórdios, fortemente reversível. É assim que as gramáticas podem ser simples traduções umas das outras, ou que a gramatização de uma língua *Li* pode ter como ponto de partida o motivo de tornar acessível a seus locutores uma língua *Lj*.

De fato, tanto o gramático espanhol quanto o português viveram na Renascença, sintonizados com o clima de novas realizações daquela época. A contribuição de ambos para suas respectivas línguas é importante não só para seus países de origem, mas também para os povos de todas as terras colonizadas por Espanha e Portugal.

No momento em que os povos lusófonos adaptam-se ao Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – firmado entre Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Brasil – o presente estudo atualiza os motivos, as discussões, as questões históricas e as implicações técnicas, políticas e pedagógicas que estiveram em pauta no momento de criação das primeiras gramáticas das línguas portuguesa e castelhana. Buscou-se, assim, fornecer elementos para que o leitor atento e reflexivo possa traçar um paralelo entre o estágio de evolução desses idiomas à época do Renascimento e na contemporaneidade.

## 6. Referências bibliográficas

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo, UNICAMP, 1992.

KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Lisboa, Edições 70, 1969.

---

<sup>52</sup> AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, UNICAMP, 1992, p. 36.

NEBRIJA, Elio Antonio de. *Gramatica castellana*. Texto establecido sobre la ed. “princeps” de 1492, por Pascoal Galindo Romeo y Luis Ortiz Muñoz. Vol. I, Madrid, Edición de la Junta del Centenario, 1946.

OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975.

SWIGGERS, Pierre. L’historiographie des sciences du langage: intérêts et programmes. *Proceedings of the Fourteenth International Congress of Linguistics*. Akademie-Verlag, Berlin, Vol. III, p. 2713, 1987.